

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.280.512 - GO (2018/0090106-0)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : GRADUAL COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA
ADVOGADO : AGNALDO ALVES FERREIRA FILHO - GO020856
AGRAVADO : ADUBOS MOEMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO : NAYARA FERREIRA GONCALVES - GO042355

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). PREFERÊNCIA. ARRESTO. PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO. COTEJO ANALÍTICO. AUSENTE. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por GRADUAL COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA em face da decisão que negou seguimento ao recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Goiás, assim ementado:

EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE PREFERÊNCIA – ARRESTO E BUSCA E APREENSÃO – PENHOR AGRÍCOLA SOBRE SAFRA PENDENTE – PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DO PENHOR – CC, ART. 1.443 – DECISÃO PARCIALMENTE MANTIDA – Quando o penhor sobre colheita pendente, ou em via de formação, for insuficiente ou frustrada, há prorrogação automática da garantia, independentemente de mandado judicial ou de registro imobiliário, à safra imediatamente seguinte. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (e-STJ, fl. 321)

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação ao artigo 1.443, parágrafo único, do CC/02; ao artigo 7º, § 1º, da Lei 492/37, sustentando, em síntese, que o juiz *a quo* equivocou-se ao declarar preferência do gravame do arresto, eis que registrou o título perante o cartório.

Superior Tribunal de Justiça

As contrarrazões não foram apresentadas.

É o relatório.

Passo a decidir.

A pretensão não merece ser acolhida.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

No que concerne à preferência do gravame pelo arresto, o Tribunal de origem consignou que:

Pois bem. O atual Código Civil, em seu art. 1.443 incorporou o texto do § 2º do art. 7º da Lei nº 492/37, revogando o tacitamente. De fato, a Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei nº 4.657/42) estabelece que a lei posterior revoga a anterior quando regula inteiramente a matéria de que tratava a lei pretérita (art. 2º, § 1º). E é esse o caso dos autos. O legislador, ao incluir o art. 1.443 ao Código Civil de 2002, deu novo disciplinamento jurídico-legal à matéria entabulada no § 2º do art. 7º da Lei nº 492/37: Observa-se, então, à clara luz, que o Código Civil de fato incorporou a redação de 1937 ao seu texto, concedendo a ela disciplinamento mais dinâmico ao deixar de exigir pedido judicial e averbação no registro imobiliário da prorrogação do penhor sobre safra pendente ou em vias de formação. Em outras palavras, em se tratando de penhor sobre colheita pendente, ou em via de formação, sendo esta insuficiente ou frustrada, há prorrogação automática da garantia, independentemente de mandado judicial ou de registro imobiliário, à safra imediatamente seguinte. Dessa forma, diante da aleatoriedade do ônus real e do risco assumido pelo credor, o legislador determinou que tal penhor abrangesse a colheita seguinte, se vier a frustrar-se ou se for insuficiente a dada em garantia. Entretanto, se não houver financiamento de nova safra pelo credor pignoratício, ante a frustração, parcial ou total, da primeira, a Lei permitiu a constituição de novo penhor com outra pessoa, limitando, porém, à quantia máxima equivalente à do primeiro. Com efeito, verifica-se que o penhor terá preferência sobre a anteriormente feito somente na quantia referente ao excesso que for apurado pelo devedor pignoratício na próxima colheita. No caso em espécie,

Superior Tribunal de Justiça

percebe-se no primeiro instrumento que os devedores obrigaram a entregar à apelante (ADUBOS MOEMA) 192.195 KG de soja da safra 98/99. Posteriormente, firmaram um novo contato, onde se comprometeram a transferir 300.000 kg da lavoura de 99/2000 à recorrida (GRADUAL COMÉRCIO). Assim, como já esclarecido anteriormente, a segunda contratada (GRADUAL COMÉRCIO) só possui preferência na quantia referente ao excesso, que seria 107.805,00 KG ($300.000 \text{ KG} - 192.195 = 107.805 \text{ KG}$). Consta do Auto de Arresto e Depósito (fl. 59 do processo digitalizado – vol. 01) que foram apreendidos 119.733 KG de soja, ultrapassando, assim, 11.928 KG da quantia que tinha preferência Destarte, a sentença objurgada merece reforma, no sentido de limitar a preferência da apelada somente na quantia referente a 107.805,00 KG. Portanto, o dirigente processual equivocou-se ao determinar a desconstituição total dos atos constritivos da busca e apreensão efetivada na execução, fls. 96 (processo físico digitalizado vol. 02), vez que da quantia arrestada, a ré (ADUBOS MOEMA) possui preferência sobre 11.928 KG de soja. Dessarte, da quantia apreendida pela ré à fl. 96 (processo físico digitalizado – vol. 02) deve-se liberar somente 61.600 KG ($73.528 - 11.928$) em benefício do arresto e, não, o valor total, como determinado pelo magistrado de primeira instância. (e-STJ, fls. 318/320 - grifou-se)

No entanto, o acórdão recorrido ponderou que, em se tratando de penhor sobre colheita pendente, ou em via de formação, sendo esta insuficiente ou frustrada, há prorrogação automática da garantia, independentemente de mandado judicial ou de registro imobiliário, à safra imediatamente seguinte.

De modo contrário, verifica-se que a parte recorrente, em sede de Recurso Especial, limitou-se a tecer alegações no sentido de que foi errada a preferência do penhor, que não poderia ser sobre o arresto.

Dessarte, ao se cotejarem as razões de decidir do acórdão vergastado com os fundamentos aventados em sede de Recurso Especial, conclui-se que a parte recorrente, neste recurso, deixa, de impugnar, especificamente, os fundamentos do v. acórdão guerreado, bem como apresenta razões recursais insuficientes para demonstrar o desacerto do julgado vergastado.

Desse modo, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a

Superior Tribunal de Justiça

conclusão do aresto impugnado, impede a admissão da pretensão recursal, a teor do entendimento da Súmula nº 283/STF: *"é inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*.

Nesse sentido, confirmam-se os precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTO INATACADO. MULTA FIXADA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. VALOR ARBITRADO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. PRAZO LIMITE DA MULTA. INOVAÇÃO RECURSAL.

1. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

2. A fixação das astreintes por descumprimento de decisão judicial baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando-se a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisória ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que o valor foi arbitrado em R\$ 500,00 (quinhentos reais). Precedentes.

3. A alegação de que não foi estipulado prazo limite da multa não comporta análise, porquanto referida matéria foi suscitada apenas nas razões do regimental, caracterizando inovação recursal.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 207.587/SP, Terceira Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 15/09/2014 - grifou-se)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. ACIDENTE EM LINHA FÉRREA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS. ALEGAÇÃO DE CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. SÚMULA 283/STF.

1. Inviável o recurso especial cuja análise das razões impõe reexame

do contexto fático-probatório da lide, nos termos da vedação imposta

pelo enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

2. As razões elencadas pelo Tribunal de origem não foram

Superior Tribunal de Justiça

devidamente impugnadas. Incidência do enunciado 283 da Súmula/STF.

3. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões deve ser afastada a alegada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 531.016/RJ, Quarta Turma, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe 16/09/2014)

Por fim, observo, por oportuno, que o dissídio jurisprudencial não foi devidamente comprovado conforme estabelecido nos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. A divergência jurisprudencial deve ser demonstrada com a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. A simples transcrição de ementas não é suficiente para a comprovação do dissídio.

No caso, não houve o cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os paradigmas, de modo que o agravante apenas fez a transcrição das ementas.

Advirta-se, por fim, que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.

Intime-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator